



GLOSSÁRIO DAS LEIS APROVADAS MACAUBAL



A íntegra das leis está disponível
no site da Câmara Municipal:
www.camaramacaubal.sp.gov.br



**CÂMARA
MUNICIPAL**
MACAUBAL-SP

Siga a Câmara nas redes sociais:
@CamaraMunicipalMacaubal

1989.....

Lei Nº 22 de 03/08/1989 – Dispõe sobre criação de cargo comissionado na secretaria da câmara.

Lei nº 14 de 03/08/1989 – Criação do quadro de funcionários da câmara municipal.

Lei nº 58 de 17/12/1991 – Fica a câmara autorizada a firmar termo de convênio para cobertura de custos aos servidores médicos.

RESOLUÇÃO nº 11 DE 27/09/1991 – Fica o poder legislativo municipal, autorizado a contratação de pessoal por tempo determinado.

RESOLUÇÃO nº 04/96 DE 16/09/1996 – Dispõe sobre a remuneração dos vereadores do município.

Lei nº 32 de 17/06/1996 – Dispõe sobre o regime de adiantamento.

1997.....

Lei nº 01 de 09/01/1997 – Concede descontos nos impostos e taxas municipais referentes a dívida ativa de exercícios anteriores.

Lei nº02 de 24 /01/1997 – Autoriza o poder executivo a celebrar convênio com a secretaria de estado dos negócios de esportes e turismo.

Lei nº 03 de 20/02/1997 – Dispõe sobre a venda de veículos de propriedade da municipalidade.

Lei nº 04 de 20/02/1997 – Dispõe sobre denominação de escola municipal.

Lei nº 05 de 21/02/997 – Fica o chefe do poder executivo, através do fundo municipal dos direitos da criança a usar recursos financeiros 18.88,94 vindo de fundo estadual.

Lei nº 06 de 03/03/1997 – Dispõe sobre autorização para a venda de veículos de municipalidade.

Lei nº 07 de 13/03/1997 – Dispõe sobre a concessão de uso de bens municipais.

Lei nº08 de 13/03/1997 – Dispõe sobre denominação de escola municipal de educação infantil “prof. Octávio Dezan Sobrinho.

Lei nº 09 de 31/03/1997 – Institui o conselho municipal de alimentação escolar .

Lei nº 10 de 31/03/1997 – Dá à atual rua tabajara a denominação “Rua Natalino Padovez”.

Lei nº 12 de 09/04/1997 – Dispõe sobre autorização para isenções fiscais.

Lei nº 13 de 12/05/1997 – Autoriza o poder executivo a firmar acordo de parcelamento de dívida com a caixa econômica federal ref. Ao FGTS, CLT.

Lei nº 15 de 15/05/1997 – Dispõe sobre a criação de cargo em comissão no quadro de servidores do município. Coordenador odontológico.

Lei nº 16 de 15/05/1997 – Dispõe sobre a criação de cargos em comissão no quadro de pessoal, cargo de assessor de esportes de futebol, assessor jurídico.

Lei nº 17 de 15/05/1997 – Autoriza a prefeitura municipal a receber mediante repasse efetuado pelo governo do estado de São Paulo recursos financeiros e fundo perdido.

Lei nº 18 de 15/05/1997 – Autoriza a doação de rede de energia elétrica e iluminação pública. Braço de iluminação pública e transformadores.

Lei nº 19 de 15/05/1997 – Autoriza o poder executivo a firmar acordo de pedido de amortização da especial – PAE, com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS na forma da medida provisória nº 571, de 01/04/1997.

Lei nº 21 de 02/06/1997 – Institui o programa municipal de conservação de estradas rurais no município de Macaubal.

Lei nº 22 de 02/06/1997 – Altera dispositivos da lei municipal nº 16 /97 de 15/05 de 1997.

Lei nº 23 de 13/06/1997 – Dispõe sobre regularização de proventos de pensionistas e inativos.

Lei nº 25 de 30/06/1997 – Dispõe sobre criação da coordenadoria municipal de educação e cultura.

Lei nº 26 de 30/06/1997 – Dispõe sobre a criação de cargos e vagas no quadro de servidores municipais .

Lei nº 27 de 30/06/1997 – Dispõe sobre a criação do conselho municipal de educação no município de Macaubal.

Lei nº 28 de 30/06/1997 – Dispõe sobre critério para declaração de utilidade pública a entidades sediadas no município.

Lei nº 30 de 02/07/1997 – Dispõe sobre concessão de auxílio financeiro a entidade APAE de Nhandeara.

Lei nº 31 de 28/07/1997 – Autoriza o município a aderir ao convênio firmado entre a Fundação Prefeito Faria Lima CEPAM e a Fundação Educacional de Votuporanga UNIFEV, visando a realização do I curso para a formação de técnico em administração.

Lei nº 33 e 10/09/1997 – Dispõe sobre desapropriação amigável de imóvel urbano, para prolongamento e/ou abertura de rua.

Lei nº 34 de 10/09/1997 - Dispõe sobre concessão de auxílio financeiro a carente. 110 reais.

Lei nº 35 de 10/09/1997 -Dispõe sobre regime de adiantamento de salários aos servidores municipais.

Lei nº 35 de 10/09/1997 – Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a celebrar termos de convênios, de aditamento com o estado dos negócios de agricultura e abastecimento, objetivando o desenvolvimento de programa ligados a agricultura e abastecimento.

Lei nº 36 de 26/09/1997 – fica o poder executivo a celebrar termos de convênios, de aditamento com o estado de São Paulo, através da secretaria de estado dos negócios.

Lei nº 38 de 03/11/1997 – Altera dispositivo de lei nº27/95. Cálculo de imposto C.T.M.

Lei nº 39 de 03/11/1997 – Autoriza o chefe do poder executivo a desmembrar terreno urbano.

Lei nº 40 de 03/11/1997 – Dispõe sobre denominação de conjunto habitacional. Fica denominado conjunto habitacional nossa senhora aparecida, localizado entre a rua jeremias Narciso Ramos e estrada municipal Macaubal/Monções.

Lei nº 41 de 12/11/1997 – Autoriza o chefe do poder executivo a celebrar convênio com a fundação faculdade FUNFARME.

Lei nº 42 de 12/11/1979 – Cria o conselho municipal de idoso e atribuições.

Lei nº 43 de 37/11/1997 – Dispõe sobre a venda de bens municipais.

Lei nº 48 de 04/12/1997 – Dispõe sobre denominação de ruas do conjunto habitacional N. Sr.^a Aparecida.

1.998.....

Lei nº 01 de 15/01/1.998 – Dispõe sobre autorização para prorrogação em comodato de prédio de propriedade da municipalidade.

Lei nº 02 de 15/01/1998 – Dispõe sobre aquisição de veículo através de consórcio.

Lei nº 03 de 15/01/1998 – Dispõe sobre concessão de descontos no IPTU c/ pagamentos à vista.

Lei nº 04 de 05/02/1998 – Autoriza a celebração de convênio com o estado para municipalização da gestão das ações e serviços de assistência social.

Lei nº 05 de 10/02/1998 – Autoriza a celebração de convênios com entidades assistenciais do município.

Lei nº 06 de 20/03/1998 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades do plano diretor de erradicação do Aedes Aegypt, do governo federal.

Lei nº 07 de 27/03/1998 – Autoriza o poder executivo a firmar acordo de parcelamento de dívida para com o fundo de garantia do tempo de serviço.

Lei nº 08 de 27/03/1998 – Dispõe sobre autorização para parcelamento da dívida ativa.

Lei nº 09 e 16/04/1998 – Autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênio com o estado de São Paulo, através da secretaria da assistência social.

Lei nº 10 de 17/04/1998 – Autoriza o executivo municipal a celebrar convênio com o governo do estado de São Paulo, por intermédio da secretaria da segurança pública.

1.999.....

Lei nº 07 de 24/03/1999 – Reconhece como de Utilidade Pública o grupo de terceira idade Alegria de Viver de Macaubal.

Lei nº. 08, de 24/03/1999 – Institui Plano de Carreira, vencimentos e salários para os integrantes do quadro de magistério do núcleo municipal de educação de Macaubal.

Lei nº 09 de 15/04/1999 – Dispõe sobre a criação do Estatuto do Magistério Público Municipal.

Lei nº 10 de 13/05/1999 – Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com os Municípios de Sebastianópolis do Sul e União Paulista.

Lei nº 11 de 26/05/1999 – Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo de parcelamento e reparcelamento de dívida para o FGTS.

Lei nº 13, de 11/06/1999 – Autoriza a celebração de convênio com o Banco do Estado de São Paulo, guarda mirim – patrulheiros.

Lei nº 14, de 11/06/1999 – Autoriza a contratação de energia elétrica entre a Prefeitura Municipal de Macaubal e a Elektro.

Lei nº 15 de 11/06/1999 – Prorroga prazo de pagamento de tributos municipais e dá outras providências.

Lei nº 16, de 01/07/1999 – Institui em novos termos o Fundo Municipal de Seguridade Social, aprovado pela lei municipal nº 59, de 07 de outubro de 1993.

Lei nº 17, de 30/07/1999 – Denomina edifício Dr. Jaime Martins de Oliveira – Edifício do Fórum.

Lei nº 18, de 27/08/1999 – Autoriza a doação de rede de energia elétrica e iluminação pública – Elektro.

Lei nº 19 de 15/09/1999 – Autoriza a celebração de convênio com o programa família, para municipalização da gestão das ações e serviços de assistência social.

Lei nº 20 de 29/09/1999 – Autoriza a concessão de subsídios financeiros as famílias dos projetos fortalecendo a família e complementando a renda.

Lei nº 21 de 29/09/1999 – Dispõe sobre alienação de lotes de ações emitidas pela TELESP e PATROBRAS que integram o patrimônio municipal.

Lei nº 22 de 29/09/1999 – Estabelece atribuição e competência da Vigilância Sanitária.

Lei nº 23 de 28/10/1999 – Dispõe sobre denominação de escola – Pref. Octavio Dezan Sobrinho.

Lei nº 24 de 28/10/1999 – Dispõe sobre alteração da Lei 16, de 1 de julho de 1999 – isenção de aposentados e pensionistas de contribuição ao FMSS.

Lei nº 25 de 29/10/1999 – Institui o programa de conservação de estradas rurais.

Lei nº 26, de 26/11/1999 – Denomina Escola – Octavio Dezan Sobrinho.

Lei nº 27 de 26/11/1999 – Autoriza o Poder Executivo de Macaubal a firmar Acordo de parcelamento de dívida FGTS.

Lei nº 29 de 17/12/1999 – Proíbe a venda de bebida alcoólica e fogos de artifícios a menores de 18 anos.

2000.....

Lei nº 01 de 18/01/2000 – Dispõe sobre autorização a reembolsar os servidores públicos municipais ativos inativos e pensionistas – pagamento de 13º salário.

Lei nº 02 de 26/01/2000 – Dispõe sobre a forma de pagamento de IPTU ISS E TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA no exercício de 2000.

Lei nº 03 de 26/01/2000 – Dispõe sobre a doação de bens imóveis - impressora e linha telefônica para o Fórum.

Lei nº 04, de 01/03/2000 – Dispõe sobre autorização para vende de bens móveis de propriedade da municipalidade 03 veículos e 01 caminhão.

Lei nº 05 de 01/03/2000 – Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar convênio com a FUNFARME.

Lei nº 06 de 01/03/2000 – Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Paroquial Beneficente de Nhandeara.

Lei nº 07 de 31/03/2000 – Dispõe sobre autorização para o executivo municipal a firmar convênio com o Governo do Estado através da Secretaria da Educação – REPASSE FUNDEB.

Lei nº 08, de 14/04/2000 – Dispõe sobre autorização ao chefe do executivo para contratação por tempo determinado.

Lei nº 09 de 03/05/2000 - Dispõe sobre a criação do cargo de farmacêutico.

Lei nº 10 de 03/05/2000 – Autoriza a celebração com o programa família – assistência social.

Lei nº 11 de 03/05/2000 – Autoriza a Prefeitura Municipal a participar do consorcio intermunicipal – conservação de estradas.

Lei nº 12 de 29/05/2000 – Dispõe sobre a criação de 01 vaga de técnico agrícola.

Lei nº 13 de 30/05/2000 – Dispõe sobre criação de 01 vaga do cargo de dentista.

Lei nº 14 de 30/05/2008 – LDO.

Lei nº 15 de 31/08/2000 – Dispõe sobre instituição do programa agrícola.

Lei nº 16 – Subsídios Vereadores.

Lei nº 17 – Suplementação.

Lei nº 18 de 11/10/2000 – Denomina Dr. Labib Buissa a estrada vicinal que liga Macaúbal a Monções.

Lei nº 19 – Suplementação.

Lei nº 20 – Suplementação.

Lei nº 21 – Suplementação.

Lei nº 22 – Orçamento 2021.



2001.....

Lei nº 01, de 31/01/2001 – Dispõe sobre autorização para venda de bens móveis de propriedade da municipalidade (veículos).

Lei nº 02 de 31/01/2001 – Convênio Santa Casa.

Lei nº 03 de 31/01/2001 – Convênio Creche.

Lei nº 04 de 31/01/2001 – Dispõe sobre a forma de Parcelamento de IPTU/ISS

Lei nº 05 de 31/01/2001 – Incentivo para pagamento de dívida ativa – parcelamento.

Lei nº 06 de 31/01/2001 – Autoriza o Executivo a incluir a Elektro no roll de contribuintes de ISSQS.

Lei nº 07 de 31/01/2001 – Dispõe sobre revogação de Lei sobre isenção de impostos a instituições financeiras.

Lei nº 08 de 31/01/2001 – Fica o Chefe do Poder Executivo autoriza a contratar área para aterro sanitário.

Lei nº 09 de 31/01/2001 – Autoriza o Chefe do Executivo a celebrar convênio com a FUNFARME.

Lei nº 10 de 31/01/2001 – Dispõe sobre a reestruturação do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Macaubal.

Lei nº 11 de 21/02/2001 – Cria o Conselho de Alimentação Escolar.

Lei nº 12 de 21/02/2001 – Institui o Conselho Municipal de Assistência Social.

Lei nº 13 de 21/02/2001 – Cria o Fundo Municipal de Assistência Social.

Lei nº 14 de 21/02/2021 – Suplementação.

Lei nº 15 de 16/03/2001 – Cria a comissão municipal de defesa civil.

Lei nº 16 de 16/03/2001 – Fica autorizado a alienar por doação - Lote de Terreno Oficina Santa Rita de Cassia.

Lei nº 17 de 16/03/2021 – ESTATUDO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

Lei nº 18 de 30/03/2001 – Autoriza o poder executivo a firmar acordo de parcelamento de dívida – FGTS.

Lei nº 19 de 30/03/2001 – Autoriza o executivo municipal a celebrar convênio com a Secretaria de Segurança Publicação – exercício de competência de trânsito – aplicação de multa.

Lei nº 20 de 11/04/2001 – Autoriza o poder executivo a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo através da secretaria do meio ambiente. – Aterro Sanitário.

Lei nº 21 de 11/04/2001 – Institui o programa de garantia de renda mínima associado a ações socio educativas.

Lei nº 22 de 11/04/2001 – Dispõe sobre animais soltos nas vias públicas urbanas e rural. Multa e apreensão.

Lei nº 23 de 11/04/2001 – Suplementação FMSS.

Lei nº 24 de 22/05/2001 – Dispõe sobre alienação das ações emitidas pela TELESP que integram o patrimônio municipal.

Lei nº 25 de 30/05/2001 – Autoriza o poder executivo municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por meio da secretaria do meio ambiente. – aterro sanitário.

Lei nº 26 de 30/05/2001 – Dispõe sobre o plano plurianual.

Lei nº 27 de 30/05/2021- Dispõe sobre as diretrizes orçamentária.

Lei nº 28 de 30/05/2001 – Dispõe sobre incentivo para pagamento de IPTU.

Lei nº 29 de 30/05/2001 – Dispõe sobre a criação do conselho municipal saúde.

Lei nº 30 de 01/05/2001 – Autoriza convênio com o estado para ações da assistência social.

Lei nº 31 de 01/06/2001 – Autoriza celebração de convênio com entidades assistenciais do município para a municipalização das ações e serviços social.

Lei nº 32 de 21/06/2001- Dispõe sobre mudança de denominação de rua.

Lei nº 33 de 21/06/2001 - Dispõe sobre autorização ao executivo municipal a integrar a associação dos municípios da alta noroeste AMAN.

Lei nº 34 de 07/08/2001 –autoriza o poder executivo a celebrar convênio com o fundo social.

Lei nº 35 de 20/08/2001- Estabelece atribuições e competência do poder público municipal para o desenvolvimento das ações de vigilância sanitária, de acordo com a constituição federal , lei orgânica de saúde nº 8.080/90, lei complementar estadual nº 791/95.

Lei nº 36 de 29/08/2001 – Dispõe sobre abertura de crédito.

Lei nº 37 de 27/09/2001 – Estende aos servidores celetistas da prefeitura municipal, os benefícios que se refere o artigo 160 da lei 17/2001.

Lei nº 38 de 27/09/2001 – Dispõe sobre denominação de rua.

Lei nº 39 de 11/10/2001 – autoriza a prefeitura receber mediante repasse efetuado pelo governo do estado de são Paulo, recursos financeiros a fundo perdido.

Lei nº 41 de 06/11/2001 – autoriza o poder executivo a celebrar convênio com o governo do estado de são Paulo, através da secretaria de agricultura e abastecimento.

Lei nº 42 de 20/11/2001 – Dispõe sobre criação de cargo de quadro de servidores municipais.

Lei nº 43 de 20/11/2001 – Dispõe sobre o uso da área utilizada como depósito de lixo urbano.

Lei nº 44 de 20/11/2001 – Dispõe sobre a criação do cargo de técnico de enfermagem no quadro de pessoal da prefeitura.

Lei nº 45 de 20/11/2001 – Autoriza a administração municipal a implantar e desenvolver projeto e bolsas.

Lei nº 46 de 20/11/2001 - Estima receita do município

Lei nº 47 de 13/12/0201 – Altera a lista de serviços do código tributário municipal, fatos geradores do imposto ISSQ.

Lei nº 48 de 13/12/2001 – Autoriza o poder executivo a realizar acordos para pagamento de créditos do município inscrito no resto a pagar.

Lei nº 49 de 13/12/2001 – Fica criada a UFESP , destinada a atualizações monetário no lançamento de tributo

2002.....

Lei nº 01 de 16/01/2002 – Autoriza a prefeitura municipal a receber mediante repasse efetuado pelo governo do estado são Paulo, recursos financeiros a fundo perdido.

Lei nº 02 de 16/01/2002 – Autoriza o poder executivo municipal a parcelar o recebimento da dívida ativa inscrita.

Lei nº 03 de 27/02/2002 – Dispõe sobre forma de pagamento do IPTU e taxa de renovação de licença.

Lei nº 05 de 15/03/2002 - Subvenção.

Lei nº 07 de 15/03/2002 – Fica autorizado a firmar termo de adesão com o banco da terra.

Lei nº 08 de 09/04/2002 – Fixa os valores da subvenção.

Lei nº 09 de 09/04/2002 – Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais.

Lei nº 10 de 09/04/2002 – Da nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 8º da lei municipal nº 35 de 20 de agosto de 2100. As penalidades de serviços de poder de polícia terão o valor reduzido em 30 por cento, do cobrado pelo governo do estado.

Lei nº 11 de 25/04/2002 – Autoriza o poder executivo a firmar contrato com cooperativa de trabalho médico e de enfermagem a prestação de serviços.

Lei nº 12 de 16/03/2002 – Dispõe sobre autorização para venda de bens moveis de propriedade da municipalidade.

Lei nº 13 de 03/06/2002 – Autoriza o poder municipal a firmar convênio a Creche Berçário.

Lei nº 14 de 03/06/2002 – Diretrizes Orçamentária.

Lei nº 15 de 08/07/2002 – Autoriza a prefeitura a receber mediante instrumento de liberação de crédito não reembolsado, recursos financeiros do fundo estadual de prevenção e controle da poluição.

Lei nº 16 de 14/08/2002 – Autoriza a prefeitura a renovar em comodato imóvel de sua propriedade. Fica autorizada a renovar pelo prazo de 10 anos destino a polícia militar.

Lei nº 17 de 14/08/2002 – Fica o chefe do poder executivo, autorizado a renovar comodato pelo prazo de 10 anos a santa casa a linha telefônica 4731408.

Lei nº 18 de 14/08/2002 – Autoriza a prefeitura a receber mediante instrumento de liberação de crédito não reembolsável, recursos financeiros do fundo estadual de prevenção e controle da poluição. FECOP, destina se aquisição de uma pá carregadeira.

Lei nº 19 de 14/08/2002 – Dispõe sobre criação de dotação orçamentária para o fundo municipal de seguridade social.

Lei nº 20 de 29/11/2002 – Fixa a despesa e receita

Lei nº 21 de 17/12/2002 – Autoriza a Prefeitura Municipal a liberar recurso fundo perdido para formação do patrimônio da fundação AMA- FARMA.

Lei nº 22 de 17/12/2002 – Autoriza a celebração de convênio com o estado para municipalização da gestão das ações e serviços de assistência social.

Lei nº 23 de 23/12/2002 – Autoriza a celebração de convênio com entidades assistenciais do município para municipalização da gestão das ações e serviços de assistência social.

Lei nº 24 de 17/12/2002 – Altera dispositivo da lei municipal nº 36 de 07/07/1992 – enviar mensalmente a prefeitura a relação nominal dos serviços funerários de sepultamento.

Lei nº 25 de 30/12/2002 – Institui no município de Macaubal a contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública.

2.003.....

Lei nº 02 de 27/01/2003 – Autoriza o chefe do poder executivo a celebrar convênio, com a Santa Casa de Votuporanga.

Lei nº 27/01/2003 – Autoriza o chefe do poder executivo a celebrar convênio com a FUNFARME.

Lei nº 04 de 27/01/2003 – Subvenção.

Lei nº 06 de 27/01/2002 – Autoriza o executivo a celebrar convênio com o estado de São Paulo, através da coordenadoria da defesa civil.

Lei nº 05 de 27/01/2003 – Autoriza a celebrar convênio com a creche berçário de Macaubal.

Lei nº 07 de 26/02/2003 – Suplementação.

Lei nº 08 de 26/02/2003 – Dispõe sobre autorização do poder executivo a assinar termos de convênio e de aditamento com o estado de São Paulo, através da secretaria de estado dos negócios agricultura e abastecimento.

Lei nº 09 de 26/03/2003 – Suplementação.

Lei nº 10 de 26/03/2003 – Dispõe sobre autorização do poder executivo a assinar convênio com o estado de São Paulo através da secretaria de estado da juventude, esporte e lazer.

Lei nº 11 de 28/04/2003 – Dispõe sobre reestruturação do quadro de pessoal da Câmara Municipal.

Lei nº 13 de 27/06/2003 – Dispõe sobre a elaboração das diretrizes orçamentárias.

Lei nº 14 de 27/06/2003 – Dispõe sobre a abertura de vaga de professor no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal.

Lei nº 12 de 21/05/2003 – Dispõe sobre a concessão administrativa de direito real de uso de bem público.

Lei nº 14 de 27/06/2003 – Dispõe sobre a abertura de vaga de professor no quadro de pessoal da prefeitura.

Lei nº 15 de 25/08/2003 – Suplementação.

Lei nº 16 de 25/08/2003 – Autoriza o executivo a celebrar convênio com o estado de São Paulo, através da secretaria de segurança pública. Para disciplinar as atividades no código de trânsito.

Lei nº 17 de 15/09/2003 – Autoriza o poder executivo a adquirir imóvel urbano destinado a construção do terminal rodoviário municipal.

Lei nº 18 de 24/09/2003 – Acrescenta o artigo 15 a às leis municipais nº 14 de 27 de junho de 2002 , de 27 de junho de 2003, dispondo sobre as despesas irrelevantes nos termos do artigo 16 da lei complementar.

Lei nº 19 de 24/09/2003 – Suplementação.

Lei nº 20 de 24/09/2003 – Dispõe sobre a criação de uma vaga ao cargo de agente sanitário.

Lei nº 21 de 16/11/2003 – Autoriza o chefe do poder executivo a celebrar convênio com a secretaria da juventude, esporte lazer.

Lei nº 22 de 16/11/2003 – Suplementação.

Lei nº 23 de 25/11/2003 – Autoriza a celebrar contrato de convênio junto ao banco nossa caixa, para viabilizar empréstimos para os servidores efetivos do município , mediante averbação em folha dos beneficiários do crédito.

Lei nº 24 de 04/12/2003 – Estima receita e despesa.

Lei nº 25 de 04/12/2003 – Autoriza a celebração de convênio com o estado para municipalização da gestão das ações e serviços de assistência social.

Lei nº 26 de 04/12/2003 – Autoriza a celebração de convênio com entidades assistência do município para municipalização da gestão das ações de assistência social.

Lei nº 27 de 11/12/2003 - Suplementação.

Lei nº 28 de 11/12/2003 – Suplementação.

Lei nº 29 de 11/12/2003 – Código tributário.

2.004.....

Lei nº 02 de 30/01/2004 – Cria o conselho municipal de segurança alimentar e nutricional COMSEA do município.

Lei nº 04 de 27/02/2004 – Dispõe sobre ampliação de perímetro urbano da cidade.

Lei nº 05 de 10 /03/2004 – Subvenção.

Lei nº 06 de 10/03/2004 – Subvenção creche berçário.

Lei nº 07 de 10/03/2004 – Dispõe sobre perímetro urbano.

Lei nº 08 de 26/03/2004 – Altera o estatuto do servidor público do município de Macaubal.

Lei nº 09 de 27/03/2004 – Dispõe sobre a concessão em comodato de área de área de propriedade do município. Torre da prefeitura.

Lei nº 10 de 26/03/2004 – Institui a feira no município de Macaubal.

Lei nº 11 de 15/04/2004 – diretrizes orçamentária

Lei nº 12 de 15/04/2004 – Autoriza o chefe do executivo a celebrar convênio com o tribunal de justiça do estado de são Paulo.

Lei nº 13 de 28/04/2004 – Dispõe sobre a doação de imóvel.

Lei nº14 de 06/05/2004 – Autoriza a fazer transformação de área pública em área de domínio da municipalidade para construção 02 quadra poliesportivas nos conjuntos habitacionais do CDHU.

Lei nº 16 de 12/05/2004 – Autoriza a prefeitura a receber mediante repasse efetuado pelo governo do estado, recursos financeiros de fundo perdido.

Lei nº 17 de 26/05/2004 – Autoriza o executivo municipal a celebrar convênio com a secretaria da educação para auxílio transporte de alunos.

Lei nº 19 de 26/05/2004 – Dispõe sobre a denominação de parque infantil.

Lei nº20 de 14/06/2004 – Fica o poder executivo autorizado a celebrar contrato de concessão administrativo de direito real de uso, gratuito ,mediante processo licitatório , de bem público a particular para que dele se utilize em fins exclusivos de edificação comercial e industrial doação do outro pedaço do terreno da reciclagem, fundo.

Lei nº 21 de 30/06/2004 – Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de área de propriedade do município ao grupo da terceira idade “Alegria de viver”.

Lei nº 22 de 30/06/2004 – lei nº 22 de 30/06/2004 – convênio com o Banco Nossa Caixa.

2005.....

Lei nº 34 de 15/09/2005 – Dispõe sobre a obrigatoriedade das agências e demais estabelecimento de crédito de colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente no setor de caixa.

Lei nº 36 de 26/11/2005 – Dispõe sobre a denominação de logradouro público.

Lei nº 37 de 26/11/2005 – Nova redação para conselho de saúde, modifica a composição.

Lei nº 38 – Suplementação.

Lei nº 39 – Suplementação.

Lei nº 40 de 09/11/2005 – Acordo de cooperação.

Lei nº 41 de 09/11/2005 – Dispõe sobre a obrigatoriedade do executivo a mandar os balancetes da câmara mensalmente.

Lei nº 42 de 09/11/2005 – Autoriza o poder executivo a parcelar o recebimento dos tributos municipais.

Lei nº 43 de 30/11/2005 – Autoriza o poder executivo municipal a celebrar contrato de locação.

Lei nº 44 de 30/11/2005 – Fixa receita e despesa.

Lei nº 46 de 30/11/2005 – Suplementação.

Lei nº 47 de 30/11/2005 – Autoriza celebração com as entidades assistenciais.

Lei nº 48 de 30/11/2005 – Autoriza a celebração de convênio com a secretaria estadual de assistência social.

Lei nº 49 de 30/11/2005 – Autoriza o poder executivo municipal a celebrar, sem ônus financeiros para o município com operadora de planos privados de assistência a saúde contratos coletivos por adesão a favor dos servidores públicos municipais.

Lei nº 50 de 30/11/2005 – Autoriza a prefeitura a receber, mediante repasse efetuado pelo governo do estado de São Paulo, através da secretaria de estado de energia de recursos hídricos e saneamento.

Lei nº 51 de 14/12/2005 – Autoriza o executivo a celebrar convênio com o departamento de águas , energia , recursos hídricos e saneamento do estado de São Paulo.

Lei nº 52 de 14/12/2005 – Suplementação.

Lei nº 53 de 14/12/2005 – Suplementação.

Lei nº 54 de 27/12/2005 – Suplementação.



2.006.....

Lei nº 01 de 01/02/2006 – Subvenções.

Lei nº 02 de 01/02/2005 – Subvenções.

Lei nº 03 de 01/02/2006 – Subvenções.

Lei nº 04 de 01/02/2006 – Subvenções.

Lei nº 06 de 01/02/2006 – Suplementação.

Lei nº 07 de 07/03/2006 – Dispõe sobre a reserva, nos concursos públicos/ processos seletivos, de percentual de vagas a portadores de deficiência.

Lei nº 08 de 07/03/2006 – Suplementação

Lei nº 09 de 15/03/2006 – Autoriza o executivo municipal a celebrar convênio e de aditamentos com o estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, objetivando a reforma da Casa da Agricultura e Abastecimento.

Lei nº 10 de 15/03/2006 – Autoriza o executivo a celebrar convênio com o governo do estado, através da secretaria da segurança pública.

Lei nº 11 de 03/04/2006 – Suplementação

Lei nº 12 de 12/04/2006 – Autoriza a prefeitura municipal de Macaubal a receber, mediante repasse efetuado pelo governo do estado, recursos financeiros.

Lei nº 13 de 03/05/2006 – Autoriza o poder executivo municipal a parcelar o recebimento dos tributos municipais.

Lei nº 14 de 10/05/2006 – Autoriza prefeitura municipal a receber mediante contrato específico, recursos financeiros do fundo estadual de prevenção e controle da poluição.

Lei nº 15 de 27/06/2006 – Autoriza a prefeitura a receber, mediante repasse efetuado pelo governo do estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido.

Lei nº 16 de 27/06/2006 – Autoriza a prefeitura municipal, mediante repasse efetuado pelo governo do estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido.

Lei nº 18 de 17/08/2006 – Suplementação.

Lei nº 19 de 17/08/2006 – Abertura de crédito.

Lei nº 20 de 21/09/2006 – Abertura de crédito.

Lei nº 22 de 20/09/2006 – Diretrizes orçamentária

Lei nº 23 de 20/09/2006 – Dispõe sobre a zona de expansão do perímetro urbano da cidade.

Lei nº 24 de 20/09/2006 – Autoriza a prefeitura municipal adquirir área de terreno.

Compra do terreno do distrito industrial.

Lei nº 25 de 20/09/2006 – Abertura de crédito.

Lei nº 26 de 13/11/2006 – Abertura de crédito.

Lei nº 27 de 22/11/2006 – Abertura de crédito.

Lei nº 28 de 22/11/2006 – Abertura de crédito.

Lei nº 29 de 22/11/2006 – Autoriza a celebração de convênio com entidades assistenciais do município para municipalização da gestão das ações e serviços de assistência social.

Lei nº 30 de 22/11/2006 – Convênio com o estado para municipalização da gestão das ações e serviços de assistência social.

Lei nº 31 de 22/11/2006 – Estima receita e despesa

Lei nº 32 de 22/12/2006 – Dispõe sobre critérios para cobrança de tarifa de consumo de água, fixa valores.

Lei nº 33 de 22/12/2006 – Dispõe sobre abertura de crédito

Lei nº 34 de 22/12/2006 – Suplementação.

Lei nº 35 de 22/12/2006 – Abertura de crédito.

Lei nº 37 de 22/12/2006 – Suplementação.

2007.....

Lei nº 01 de 01/03/2007 – Subvenções.

Lei nº 02 de 01/03/2007 – Subvenções.

Lei nº 05 de 01/03/2007 – Subvenção.

Lei nº 07 de 01/03/2006 – Abertura de crédito.

Lei nº 10 de 22/03/2007 – Criação de cargos no anexo 1 da lei nº 10/2001.

Lei nº 11 de 18/04/2007 – Autoriza o executivo a celebrar convênio com o governo do estado de São Paulo, regulamentando a participação do município no projeto banco do povo.

Lei nº 12 de 18/04/2007 – Abertura de Crédito.

Lei nº 13 de 24/05/2007 – Dispõe sobre obrigatoriedade de os depósitos de pneus, oficinas, ferros velhos, reciclagem e afins, utilizarem sistema cobertura para evitar o acúmulo de água que se torna foco gerador do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da dengue.

Lei nº 14 de 05/06/2007 – Institui em novos termos o funcionamento e organização da feira livre no município.

Lei nº 15 de 05/06/2007 – Dispõe sobre a criação de cargo no anexo 1 da lei nº 10/2001.

Lei nº 16 de 15/06/2007 – Abertura de crédito.

Lei nº 17 de 15/06/2007 – Abertura de crédito.

Lei nº 18 de 25/07/2007 – Abertura de crédito.

Lei nº 19 de 17/08/2007 – Inclui programa de ensino de coleta seletiva de lixo a ser implantado nas escolas públicas do município, visando preservar o meio ambiente.

Lei nº 20 – Abertura de crédito.

Lei nº 21 – Abertura de agosto.

Lei nº 22 de 17/08/2007 – Autoriza a prefeitura a receber mediante repasse efetuado pelo governo do estado, recursos financeiros a fundo perdido.

Lei nº 23 de 17/08/2007 – Institui o Conselho Municipal de Assistência Social, Coordenadoria Municipal de Assistência Social.

Lei nº 24 de 30/08/2007 – LOA.

Lei nº 25 de 30/08/2007 – Autoriza o executivo a celebrar convênio com o estado de São Paulo através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, objetivando a obtenção de recursos para construção de pontes do município.

Lei nº 26 de 30/08/2007 – Abertura de crédito.

Lei nº 27 de 30/08/2007 – Diretrizes Orçamentárias.

Lei nº 28 de 17/09/2007 – Recursos Perdidos.

Lei nº 29 de 28/09/2007 – Regulamenta o duodécimo terceiro salário dos servidores da Câmara Municipal.

Lei nº 30 de 28/09/2007 – Fica estendido os servidores da câmara, as disposições contidas na lei municipal nº 35 de 10 /09/1997.

Lei nº 31 de 28/09/2007 – Fica o executivo a celebrar convênio com a UNIARARAS , e cessão de uso das dependências da escola Octávio Dezan.

Lei nº 32 de 06/11/2007 - Autoriza a prefeitura a receber mediante repasse efetuado pelo governo, recursos financeiros a fundo perdido.

Lei nº 33 de 29/11/2007 – Autoriza a instituição de direito real de uso do estádio da associação atlética Macaubal, a título oneroso, em favor da prefeitura municipal de Macaubal.

Lei nº 34 de 30/11/2007 - Estende aos servidores da Câmara de Macaubal, as disposições da lei municipal nº 35 de 10/09/1997.

Lei nº 35 de 12/12/2007 – Dispõe sobre autorização para repasse ao município de Nova Castilho.

Lei nº 36 de 12/12/2007 – Abertura de crédito.

Lei nº 37 de 12/12/2007 – Abertura de crédito.

Lei nº 38 de 19/12/2007 – Autoriza prefeitura a celebrar convênio como o departamento de água e energia – DAAE.

Lei nº 39 de 19/12/2007 – Autoriza executivo a firmar convênio com o DER, estrada de Macaubal a União Paulista.

Lei nº 40 de 19/12/2007 – Abertura de crédito.

2.008.....

Lei nº 02 de 31/01/2008 – Subvenções.

Lei nº 03 de 31/01/2008 – Subvenções.

Lei nº 04 de 31/01/2008 – Subvenções.

Lei nº 05 de 31/01/2008 – Subvenções.

Lei nº 07 de 31/01/2008 – Subvenções.

Lei nº 08 de 31/01/2008 – Autoriza a prefeitura a usar imóvel pertencem aos Lyons Clube de Macaubal a título gratuito, para acomodação do velório municipal.

Lei nº 09 de 31/01/2008 – Autoriza o executivo a contratar empresa para transporte de estudantes.

Lei nº 10 de 06/03/2008 – Subvenções.

Lei nº 11 de 11/03/2008 – Concede abono salarial aos servidores públicos.

Lei nº 13 de 06/03/2008 – Institui programa de ensino de educação para o trânsito a ser implantado nas escolas públicas do município de Macaubal.

Lei nº 14 de 13/03/2008 – Autoriza a prefeitura a receber mediante repasse efetuado pelo governo de São Paulo.

Lei nº 15 de 13/03/2008 – Autoriza o executivo a celebrar contrato de concessão de uso de imóvel de sua improbidade.

Lei nº 16 de 09/04/2008 – Abertura de crédito

Lei nº 17 de 09/04/2008 – Criação de Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento.

Lei nº 18 de 30/04/2008 – contrato de locação Telecentro Comunitário.

Lei nº 19 DE 30/04/2008 – Convênio com o Tribunal de Justiça.

Lei nº 20 de 30/04/2008 – Recurso financeiro a fundo perdido. Destinado a obra de infraestrutura urbana nos CDHU- A e B.

Lei nº 22 de 30/04/2008 – Repasse de fundo perdido, destinado a agricultura e abastecimento.

Lei nº 23 de 14/05/2008 – Repasse ao município de Nova Castilho, copa de futebol.

Lei nº 24 de 14/05/2008 – Autoriza receber repasse de fundo perdido.

Lei nº 25 de 14/05/2008 – Autoriza receber repasse de fundo perdido, para aquisição de 01 microônibus.

Lei nº 26 de 14/05/2008 – Autoriza receber repasse de fundo perdido, para construção de calçada da CH'S A e B.

Lei Nº 27 DE 17/06/2008 – Dispõe sobre lavratura registro e averbação dos títulos translativos de imóvel, para fim de construção comercial, residencial e industrial.

Lei nº 28 de 17/06/2008 – Fixação dos subsídios dos agentes políticos.

Lei nº 29 de 18/06/2008 – Fica o poder executivo a celebrar convênio com o DER.

Lei nº 30 de 27/08/2008 – Altera o dispositivo da lei municipal nº 19/2005, de 01/06/2005, custeio do regime próprio. 14%.

Lei nº 31 de 27/08/2008 – Autoriza o município a celebrar contrato de locação de imóvel. Casa lar.

Lei nº 32 de 27/08/2008 – Dispõe sobre denominação de logradouro.

Lei nº 33 de 27/08/2008 – Dispõe sobre denominação de logradouro.

Lei nº 34 de 10/09/2008 – Diretrizes orçamentárias.

Lei nº 35 de 15/11/2008 – Autoriza a celebração de convênio com o estado para municipalização da gestão das ações e serviços de Assistência Social.

Lei nº 36 de 15/11/2008 – Autoriza a celebração de convênio com entidades assistenciais do município para municipalização da gestão das ações e serviços assistenciais.

Lei nº 37 de 15/11/2008 – Altera o dispositivo da lei municipal nº 17 de 09 de abril de 2008, sobre a criação do conselho municipal de acompanhamento controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB.

Lei nº 38 DE 15/10/2008 - Institui o conselho municipal de assistência social e o fundo municipal de assistência social.

Lei nº 39 de 15/11/2008 – Autoriza o poder executivo a adquirir bem imóvel.

Lei nº 40 de 15/11/2008 – Disciplina a estrutura administrativa e fiscal do fundo de seguridade do município de Macaubal.

Lei nº 41 de 13/11//2008 – Estima e receita.

Lei nº 42 de 03/12/2008 – Dispõe sobre a fixação dos subsídios do prefeito do município de Macaubal.

Lei nº 43 de 03/12/2008 – Abertura de crédito.

Lei nº 44 de 10/12/2008 – Cria o fundo municipal de habitação de interesse social.

2009.....

Lei nº 02 de 21/01/2009 – Subvenção.

Lei nº 03 de 21/01/2009 – Subvenção.

Lei nº 04 de 21/01/2009 – Subvenção.

Lei nº 08 de 21/01/2009 – Prorroga o abano salarial dos servidores públicos.

Lei nº 11 de 17/02/2009 – Autoriza o executivo a firmar convênio com o DER, Monções/Macaubal.

Lei nº 12 de 25/03/2009 – Subvenção.

Lei nº 13 de 15/04/2009 – Subvenção.

Lei nº 14 de 29/04/2009 – Estabelece normas e diretrizes de zoneamento industrial no município de Macaubal.

Lei nº 15 de 29/04/2009 – Autoriza a prefeitura municipal a receber, repasse de fundo perdido, perfuração de dois poços.

Lei nº 16 de 29/04/2009 - Autoriza a receber repasse a fundo perdido, compra de 1 retroescavadeira.

Lei nº 17 de 14/05/2009 – Isenta o pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis.

Lei nº 18 de 14/05/2009 – Prorroga abono salarial aos servidores públicos.

Lei nº 20 de 14/05/2009 – Autoriza celebração de convenio com os municípios de União Paulista, e Sebastianópolis.

Lei nº 21 de 18/06/2009 – Plano plurianual.

Lei nº 22 de 18/06/2009 – Autoriza o chefe do poder executivo municipal a celebrar convênio com o estado de São Paulo.

Lei nº 23 de 18/06/2009 – Estabelece a política do meio ambiente seus fins e mecanismo de formulação e aplicação , institui fundo municipal do meio ambiente

Lei nº 24 de 18/06/2009 – Dispões sobre criação do conselho do meio ambiente.

Lei nº 25 de 10/06/2009 – Autoriza o executivo adquirir bens imóveis.

Lei nº 26 de 18/06/2009 – Autoriza o poder executivo adquirir bem imóvel.

Lei nº 27 de 10/06/2009 – Retifica o artigo 2º das leis 26 e 25 de 18/06/2009.

Lei nº 28 de 10/07/2009 – Dispõe sobre a zona de expansão do perímetro urbano.

Lei nº 29 de 10/07/2009 – Dispõe sobre a zona de expansão do perímetro urbano da cidade.

Lei nº 30 de 10/07/2009 – Autoriza prefeitura a receber mediante repasse efetuado pelo governo do estado de São Paulo, recursos de fundo perdido.

Lei nº 31 de 13/08/2009 – Cria no conselho gestor do telecentro comunitário.

Lei nº 32 de 27/08/2009 – Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de madeira legalizada na habitação sustentável.

Lei nº 33 de 27/08/2009 – Dispõe sobre o código de arborização Urbana.

Lei nº 34 de 27/08/2009 – Dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, por meio de avaliação da emissão de fumaça preta de veículos e máquinas movidos a diesel.

Lei nº 35 de 27/08/2009 – Dispõe sobre a criação de Departamento Municipal do Meio Ambiente.

Lei nº 36 de 27/08/2009 – Institui a política municipal de educação ambiental na rede municipal de ensino de Macaubal.

Lei nº 37 de 27/08/2009 – Institui o calendário de datas comemorativas associadas a temas ambientais no município de Macaubal.

Lei nº 38 de 27/08/2009 – Institui o programa de conservação uso racional e reaproveitamento das águas do município, com medidas de fiscalização, visando evitar o seu desperdício pelos munícipes, bem como seu uso adequado.

Lei nº 39 de 27/08/2009 – Institui a política municipal de proteção destinada ao abastecimento público

Lei nº 40 de 27/08/2009 – Autoriza a celebração de convênio com o fundo de solidariedade e desenvolvimento social e cultural.

Lei nº 41 de 01/10/2009 – Dispõe sobre a criação de cargos de direção de chefia de provimento comissionado.

Lei nº 42 de 01/10/2009 – Diretrizes orçamentárias.

Lei nº 43 de 29/10/2009 – Autoriza a receber recurso de fundo perdido, obras de infraestrutura.

Lei nº 44 de 26/11/2009 – Estima receita.

Lei nº 45 de 02/12/2009 – Autoriza receber recurso de fundo perdido. Aquisição de um caminhão basculante.

Lei nº 46 de 10/12/2009 – Altera a lei municipal nº 29/2003 – altera valor do ITBI.

Lei nº 47 DE 11/12/2009 – Autoriza assinar convenio com o governo do estado de São Paulo através da Secretaria do Esporte, Cultura e Lazer.



2010.....

Lei nº 01 de 14/01/2010 – Autoriza o chefe do executivo municipal a celebrar convênio com a secretaria da Educação para fornecimento de alimentação Escolar

Lei nº 08 de 14/01/2010- prorroga Abono salarial aos servidores públicos municipais.

Lei nº 12 de 25/01/2010- Dispõe sobre a ampliação do perímetro urbano da cidade.

Lei nº 13 de 25/02/2010 – Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento do conselho municipal de desenvolvimento – COMUDE.

Lei nº 15 de 25/03/2010- Autoriza o município de Macaúbal a celebrar convênio com a secretaria de estado do meio ambiente para fins de identificação e controle da população de cães e gatos governo do estado de São Paulo

Lei nº 14 de 25/02/2010 – Autoriza a prefeitura municipal de Macaúbal a receber, mediante repasse efetuado pelo governo do estado de São Paulo. (RECEBER DE FUNDO PERDIDO).

Lei nº 17 DE 25/03/2010 – Autoriza a celebração de convênio com o fundo de desenvolvimento social e cultural do estado de São Paulo.

Lei nº 19 DE 29/04/2010 – Dispõe sobre a criação de cargos de direção e chefia, de provimento de comissionado. (Diretor do serviço de limpeza pública, diretor de aterro sanitário , diretor de serviço de coleta de entulhos, diretor do serviço de conservação de prédios, diretor de serviço de manutenção de vias.

Lei nº 20 de 29/04 de 2010 - Dispões sobre a concessão de aumento salarial para adequação do salário mínimo nacional.

Lei nº 24 de 03/08/2010 – Autoriza o município firmar acordo de parcelamento de 4e débitos judiciais, valor de 11.018.000,00 ao espólio de Labib Buissa.

Lei nº 23 de 23/06/2010 – Dispõe sobre a alteração de forma de provimento de cargos de chefia. (Chefe do Setor de Administração e Chefe de Serviços de Obras)

Lei nº 25 de 13/08/2010 – Dispõe sobre prevenção à proliferação de doenças transmissíveis pelo vetor de febre amarela e dengue.

Lei nº 26 de 13/08/2010 – Dispõe sobre a contratação de pessoal temporário para atender ao plano de trabalho do programa Esporte Social da secretaria de estado de esporte e lazer e turismo.

Lei nº 29 de 27/08/2010 – Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino.

Lei nº 30 de 30/09/2010 – Dispõe sobre autorização para celebração de convênios com o Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Votorantin, Caixa Econômica Federal.

Lei nº 35 de 1 /12/2010 – Dispõe sobre a zona de expansão do perímetro urbano da cidade.

2011.....

Lei nº07 de 20/01/2011 – Prorroga o abono salarial aos servidores público municipais.

Lei nº 11 de 11/03/2011 – Dispõe sobre alteração do artigo da lei nº 09/03/2011 – (acima de 6.000 vai pra precatório)

Lei nº 12 de 11 /03/2011 – Acrescenta possibilidade de realização de estágio .

Lei nº 13 de 11/03/2011 – Dispõe sobre a proibição de utilização de cerol nas linhas de pipas e de outros artefatos aerodinâmicos no município.

Lei nº 14 de 31/03/2011 – Altera o valor do abono a que se refere a lei nº 07 de 20 de janeiro de 2011.

Lei nº 16 de 14/04/2011 – Dispõe sobre a criação de cargos para desenvolvimento do projeto casa lar, destinada ao atendimento de crianças e adolescentes.

Lei nº 17 de 14/04/2011 – Autoriza a celebração de convênio com o estado de São Paulo, por meio da secretaria de desenvolvimento social.

Lei nº dispõe sobre criação de cargos temporários, destinado a execução de convênio estadual de transporte escolar.

Lei nº 23 de 25/08/2011 – Altera dispositivo da lei nº 38 de 15 de outubro de 2008.

Lei nº 24 de 14/10/2011 – Dispõe sobre a criação de cargos de Agente Comunitário de Saúde.

Lei nº 27 de 10/11/2011 – Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo.

Lei nº29 de 10/11/2011 – Dispõe sobre a reestruturação da tabela de vencimentos do funcionalismo municipal.

Lei nº 30 de 10/11/2011 – dispõe sobre a fixação dos subsídios dos agentes políticos do município de Macaúbal, e desconto do subsídio do vereador que faltar da sessão

Lei nº 33 de 01/12/2011 – Autoriza a prefeitura a assinar convênio com o governo do estado de São Paulo, através da secretaria de esportes, lazer e juventude.

2012.....

Lei nº 08 de 16/01/2012 – Altera o dispositivo da lei nº 08/1997 quanto a denominação de escola municipal.

Lei nº 11 de 25/04/2012 – Autoriza o chefe do poder executivo municipal a celebrar convênio com o tribunal de justiça do estado de São Paulo.

Lei nº 12 de 25/04/2012 – Altera dispositivos da lei nº 07 de 23 de fevereiro de 1994.

Lei nº 13 de 23/05/2012 – fica o chefe executivo autorizado a fazer a transformação, para construção de terminal rodoviário.

Lei nº 15 de 23/05/2012 – Dispõe sobre a denominação de logradouro público no loteamento jardim Florença.

Lei nº 21 de 01/11/2012 – Autoriza a prefeitura municipal, celebrar convênio com estado de São Paulo, por meio da secretaria de segurança.

Lei nº 23 de 19/11/2012 – Autoriza a celebração de convênio com o estado para municipalização da gestão das ações e serviço de assistência social.

Lei nº 24 de 19/11/2012 – Autoriza celebração de convênio com entidades Assistenciais do município para municipalização da gestão das ações e serviços de assistência social .

Lei nº 28 de 17/12/2012 – Dispõe sobre limitação ao direito de propriedade em imóvel rural para encerramento de aterro sanitário.

Lei nº 29 de 17/12/2012 – Autoriza a procuradoria geral do município a não ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos de pequeno valor, de natureza tributária.

2013.....

Lei nº 08 de 01/03/2013 -Dispõe sobre concessão de cestas básicas aos membros do conselho tutelar.

Lei nº 11 de 01/03/2013 – Autoriza o chefe do executivo municipal a celebrar convênio com o tribunal de justiça.

Lei nº 12 de 01/03/2013 -Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciária devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência. (60 parcelas).

Lei nº 13 de 01/03/2013 – Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciária ao regime próprio de previdência não repassadas com o vencimento até 31 /10/2012.

Lei nº 14 de 01/03/2013 – Dispõe sobre reparcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência social, até 31 de outubro de 2012, autorizada pela lei municipal nº24/2004.

Lei nº 15 de 14/03/2013 – Autoriza o chefe do poder executivo a celebrar convênio com o estado de são Paulo e a secretaria de segurança pública, delegando o exercício de competência de trânsito atribuídas ao município pela lei 9.503/97.

Lei nº 17 de 14/03/2013 – Acrescenta o inciso VI-A, no artigo 1º da lei nº 7 de 27 de janeiro de 2005, para autorizar o chefe do executivo municipal ceder servidores integrantes do quadro de funcionalismo efetivo a delegacia de polícia de Macaubal.

Lei nº 18 de 14/03/2013 – Altera a lei nº19 de 1º de junho de 2005 e revoga a lei nº30 de 27/08/2008, que dispõe sobre o custeio do regime próprio da previdência social.

Lei nº 19 de 27/03/2013 – Autoriza o poder executivo municipal a criar o programa municipal de desenvolvimento da cadeia produtiva da agricultura familiar.

Lei nº 20 de 27/03/2013 – Dispõe sobre denominação de logradouros públicos.

Lei nº 25 de 15/05/2013 – Acrescenta os parágrafos primeiro e segundo, ao artigo 2º da lei nº 35 de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre a criação do departamento municipal de meio ambiente e agricultura.

Lei nº 26 de 29/05/2013 – Dispõe sobre denominação de logradouro público no loteamento, Jardim São Paulo.

Lei nº 34 de 14/08/2013 – Autoriza o poder executivo a firmar convênio com o centro de integração empresa escola (CIEE).

Lei nº 35 de 14/08/2013 – Estabelece a adequações da legislação municipal relativa ao Conselho Tutelar.

Lei nº 37 de 14/08/2013 – Estabelece adequações na legislação municipal relativa ao parcelamento e reparcelamento das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao RPPS.

Lei nº 47 DE 25/09/2013 – Estabelece adequações de legislação municipal relativa ao conselho municipal de Saúde.

Lei nº 48 de 09/11/2013 – Autoriza a cessão do uso do imóvel de propriedade do município de Macaubal para o tribunal de justiça.

Lei nº 52 de 30/11/2013 – Autoriza o chefe do poder executivo municipal a celebrar convênio com o estado de São Paulo, através da secretaria da educação.

Lei nº 54 de 14/11/2013 – Dispõe sobre alienação, de veículos e maquinários desta municipalidade mediante licitação.

Lei nº 56 de 14/11/2013 – Autoriza o poder executivo a celebrar convênio com o estado de São Paulo, por intermédio da secretaria de estado de desenvolvimento social, objetivando a transferência de recursos para aquisição de equipamentos e materiais de natureza permanente.

Lei nº 55 de 14/11/2013 – Acrescenta parágrafo único ao artigo 3º da lei nº 35, de 14 de agosto de 2013. (Eleição para escolha de 5 membros suplentes para o Conselho Tutelar, com mandato até 31 de dezembro de 2015).

Lei nº 57 de 27/11/2013 – Autoriza o município a celebrar convênio com o departamento de trânsito, objetivando a cessão de servidores municipais para prestação de serviços na Ciretran local.

Lei nº 63 de 27/11/2013 – Dispõe sobre denominação do CRAS – Centro de referência de Assistência social de Macaubal.

Lei nº 65 de 24/12/2013 – Regulamenta o Serviço Municipal de Assistência Social e atendimento a família, estabelecendo condições para concessão de benefícios eventuais.

Lei nº 66 de 24/12/2013 – Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciária devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência Social.



2014.....

Lei nº 70 de 29/01/2014 – Disciplina o pagamento das atividades insalubridades aos servidores públicos vinculados ao poder executivo.

Lei nº 79 de 26/02/2014 – Autoriza o chefe do executivo municipal a celebrar convênio com o estado de São Paulo através da secretaria de segurança.

Lei nº 83 de 26/02/2014 – Autoriza o município a celebrar convênio com a secretaria da segurança pública, objetivando a cessão servidores municipais para prestação de serviços na delegacia de polícia local.

Lei nº 87 de 30/04/2014 – Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Lei nº 89 de 30/04/2014 – Dispõe sobre criação de cargo públicos de agentes comunitários de saúde para adequação à emenda constitucional.

Lei nº 90 de 28/05/2014 – dispõe sobre contratação de pessoal por tempo determinado, para atender as necessidades temporárias excepcional.

Lei nº 91 de 28/05/2014 – Dispõe sobre contratação de médico ginecologista para prestar serviço no município.

Lei nº 93 de 28/05/2014 – Dispõe sobre alienação de veículos e maquinário desta municipalidade, mediante licitação.

Lei nº 94 de 28/05/2014 – Institui e inclui calendário municipal o Dia de combate e prevenção ao bullying.

Lei nº 95 de 11/07/2014 – Dispõe sobre a prorrogação do programa de parcelamento incentivado PPI.

Lei nº 97 DE 11/07/2014 – Regulamenta a concessão de gratificação aos dentistas designados para atuar na ESF.

Lei nº 100 de 27/08/2014 – Dispõe sobre alienação de veículos desta municipalidade, mediante licitação.

Lei nº 107 de 12/11/2014 – Dispõe sobre a alteração do conselho municipal dos direitos do idoso de Macaubal.

Lei nº 109 de 26/11/2014 – Dispõe sobre a concessão de auxílio para construção, e, regime de associação , de uma casa para servir de apoio aos enfermos e seus familiares que estiverem em tratamento ONCOLÓGICO NO hospital de amor.

Lei nº 110 de 26/11/2014 – Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciários devidos e não repassados.



2015.....

Lei n° 126/2015 – Autoriza o poder executivo a doar imóvel que especifica ao estado de São Paulo , com afetação ao Tribunal De Justiça do estado de São Paulo , e dá outras providências.

Lei n° 128/2015 - Altera e acrescenta dispositivo da lei n° 30 ,31/08/2015 que institui em novos termos o código de postura do município de Macaubal”. Abertura das 8:00 as 18:00 de segunda a sábado.

Lei n° 135/2015 - Dispõe sobre a concessão de isenção fiscal e tributária, exclusiva e específica para o imóvel onde se encontra instalada a Estação elevatória do município

Lei n° 137/2015 - Dispõe sobre criação de cargo em comissão para coordenação e Assessoramento destinados para atuação junto a diretoria municipal de saúde .1 cargo de coordenador ref.24 , 01 cargo de coordenador de acolhimento ref.18 ; 01 cargo em assessor de saúde ref.19.

Lei n° 139/2015 - Autoriza sessão de uso a Associação dos produtores rurais de Macaubal , por prazo prorrogável de 10 anos.

Lei n°140/2015 - Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados ou estacionados em situação que caracterize seu abandono em via pública.

Lei n°142/2015 - Dispõe sobre a inclusão de período urbano do município de Macaubal imóvel de propriedade de Antônio Munhoz Gasque e Fátima Aparecida de Faria Gasque.

Lei n° 143/2015 - Dispõe sobre a política municipal de Saneamento Básico.

Lei n° 144/2015 - Dispõe sobre autorização para construção do aterro sanitário.

Lei n° 145/2015 – Dispõe sobre autorização para realizar desapropriação para o prolongamento de rua e (melhorias).

2.016.....

Lei nº 152 de 02/02/2016 – Revisão anual dos servidores

Lei nº 153 de 02/02/2016 – Subvenção.

Lei nº 154 de 02/02/2016 – Subvenção creche.

Lei nº 155 de 02/02/2016 – Subvenção.

Lei nº 156 de 02/02/2016 – Subvenção.

Lei nº 157 – Subvenção.

Lei nº 158 de 09/03/2016 – Incentivo ao parcelamento PPI.

Lei nº 159 de 30/03/2016 – Institui o conselho municipal do idoso e fundo municipal do idoso.

Lei nº 160 de 13/04/2016 – Aberturas de crédito.

Lei nº 161 de 13/04/2016 – Abertura crédito.

Lei nº 162 – Abertura de crédito.

Lei nº 136 de 12/05/2016 – Dispõe sobre criação no município da semana do bebê.

Lei nº 164 de 12/05/2016 – Abertura de crédito.

Lei nº 166 de 15/06/2016 – Abertura de crédito.

Lei nº 167 de 15/06/2016 – Abertura de crédito.

Lei nº 169 de 10 /08/2016 – Autoriza a celebrar convênio com o governo do estado de São Paulo, regulamentando a participação do município no programa do banco do povo paulista, destinando a concessão de créditos a micro empreendimento do setor formal ou informal, instalados no município.

Lei nº 170 de 10/08/2016 – Dispõe sobre a denominação jardim das palmeiras.

Lei nº 171 de 10/08/2016 – Dispõe sobre a instalação de guarda volumes em estabelecimento bancário equipado com porta detectora de metal.

Lei nº 172 de 14/09/2016 – Dispõe sobre diretrizes orçamentários.

Lei nº 173 de 28/09/2016 – Autoriza a prefeitura a receber mediante repasse efetuado pelo governo do estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido.

Lei nº 174 de 27 /11/2016 – Abertura de crédito.

Lei nº 175 de 27/11/2016 – Dispõe sobre denominação de ginásio de esportes... Ginásio de Esportes Prof. Hildebrando

Lei nº 176 de 09/11/2016 – Estima receita e despesa.

Lei nº 177 de 09/11/2016 – Abertura de crédito.

Lei de 14/12/2016 – Dispõe sobre a política de saneamento básico do município de Macaubal, seus instrumentos/ criação do conselho municipal de saneamento básico.

Lei nº 178 de 14/12/2016 – Dispõe sobre a política de saneamento básico do município.

Lei nº 179 de 14/12/2016 – Abertura de crédito.

Lei nº 180 de 14/12/2016 – Abre no orçamento credito especial.

2017.....

Lei nº 181 de 13/01/2017 – Cria, regulamenta e organiza a estrutura administrativa de cargos em comissão de livre provimento da prefeitura municipal de Macaubal.

Lei nº 182 de 08/02/2017 – Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos de contribuições previdenciária devidas e não repassados ao regime próprio de previdência , relativos a competência de 2015 e 2016 até 60 prestações.

Lei nº 185 de 03/03/2017 – Autoriza a instituição de direito real de uso do estádio da associação atlética Macaubal, a título oneroso , em favor da prefeitura municipal.

Lei nº 186 de 03/03/2017 – Dispõe sobre a denominação de logradouro público no loteamento jardim do sol.

Lei nº 188 de 15/03/2017 – Dispõe sobre autorização específica ao poder executivo para aquisição de 03 veículos , (02) destinados ao departamento de saúde , (01) destinado ao uso exclusivo do chefe do poder executivo. Art. 2º o poder executivo fica autorizado a utilizar parte da receita proveniente da venda do imóvel (134.171,36) do antigo parquinho.

Lei nº 195 de 29/03/2017 – Cria a coordenação municipal de defesa civil (Comdec) do município de Macaubal, cria o conselho.

Lei nº 197 de 12/04/2017 – Cria, regulamenta e organiza a estrutura administrativa de cargos em comissão de livre provimento da prefeitura municipal. (assessor executivo de gabinete).

Lei nº 98 de 12/04/2017 – Cria, regulamenta e organiza a estrutura administrativa de cargos em comissão de livre provimento da prefeitura municipal de Macaubal. (Assessor Executivo de Saúde).

Lei nº 99 de 12/04/2017 – Cria, organiza e regulamenta a estrutura administrativa de cargos em comissão de livre provimento da prefeitura municipal de Macaubal. (01 cargo de assessor executivo de obras).

Lei nº 200 de 12/04 /2017 – Autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênio com o estado de São Paulo, por intermédio da secretaria de esportes , lazer e juventude.

Lei nº 201 de 12/04/2017 – Dispõe sobre a regulamentação do controle interno do município.

Lei nº 202 de 17/05/2017 – Dispõe sobre a denominação de logradouro público. (Praça Professora Ionilce de Jesus Medeiros Condi, atual praça E.E. Conselheiro Rodrigues Alves), Macaubal.

Lei nº 203 de 30/06/2017- Dispõe sobre a denominação de logradouro público. (Fica denominado Praça Antonio Job, a praça localizada na rotatória em frente ao campo de futebol da associação atlética Macaubal.

Lei nº 206 de 15 /08/2017 – Revogação do artigo 5º , da lei de 09 de abril de 1991, que dispõe sobre as pequenas construções, ou reconstruções, e outros serviços de menor importância, nos quais ficam dispensadas de requerimento e estão sujeitas a uma taxa fixa de 20% do salário mínimo vigente no país.

Lei 208 de 15/08/2017 – Dispõe sobre concessão de direito real de uso de parte de imóvel da rodoviária.

Lei nº 207 de 15/08/2017 – Dispõe sobre concessão de direito real de uso de parte de imóvel do município para Associação Comunitária Saíd Kassis.

Lei nº 210 de 28/09/2017 – Acrescente e modifica as disposições do código tributário municipal.

Lei nº 211 de 28/09/2017 – Altera revoga dispositivo a lei 20 de 27 de março de 2013 que dispõe sobre a denominação de logradouros público.

Lei nº 212 de 28 /09/2017 – Regulamenta e organiza a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Macaubal.

Lei nº 213 de 28/09/2017 – Dispõe sobre reparcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao RPPS.

Lei nº 214 DE 28/09/2017 – Disciplina os procedimentos relativos ao repasse de depósitos judiciais e administrativo ao município.

Lei nº 215 de 28/09/2017 – Institui a contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública no município.

Lei nº 216 de 31/10/2017 – Dispõe sobre a denominação de logradouro público nos loteamentos jardim das palmeiras e jardim do sol.

Lei nº 220 de 21/11/2017 – Cria, regulamenta e organiza a estrutura administrativa de cargos em comissão de livre provimento da prefeitura municipal. (01 cargo de supervisão de atendimento ref.06).

Lei nº 222 de 14 /12/2017 – Altera a Redação do anexo VIII da lei complementar código tributário nº 29 de 23/12/2003. Define os valores da taxa de licença de comércio eventual e ambulante.

Lei nº 221 de 14/12/2017 – Dispõe sobre o reajuste da planta genérica de valores de terrenos e construções dos anexos II e V do código tributário municipal.



2018.....

Lei nº 227 de 31/01/2018 – Dispõe sobre o programa de incentivo fiscal.

Lei nº 230 de 31/01/2018 – Dispõe sobre parcelamento de débitos do município de Macaubal com RPPS (36 parcelas).

lei nº 232 de 28/02/2108 – Autoriza o poder executivo municipal a celebrar contrato de concessão de uso de imóvel (Banco do Brasil).

Lei nº 233 de 28/02/2018 – Autoriza a contratação de auxiliar de desenvolvimento infantil por tempo determinado (ADI).

LEI Nº 235/236/237 DE 8/02/2018 – Autoriza contratação de professores por tempo determinado para atender as necessidades temporária.

Lei nº 237 de 28/02/2018-Autoriza o executivo municipal a receber por doação o bem imóvel. Receber por doação dos proprietários Braz Campanholo Filho (área de 03, 90, 22 há).

Lei nº 242 de 26/04/2018 – Altera o artigo 1º da lei nº238 de 08 de março de 2018 autoriza o executivo municipal a receber por doação o bem imóvel que especifica. (Terreno do Braz Campanholo).

Lei nº 250 de 14 /06/2018 – Dispõe sobre a denominação de logradouro público. (Praça Abdalla Moisés Elias) CDHU.

Lei nº 249 de 14/06/2018 – Dispõe sobre a denominação de logradouro público. Fica dominado Praça José Chiuchi o sistema de lazer Nova Era.

Lei nº 248 de 14/06/2018- dispõe sobre a denominação do logradouro. Fica denominado “Praça Hermínio Guizzi” o sistema de lazer 3 do CDHU.

LEI nº 247 DE 14/06/2018 – Cria o Fundo Municipal de Educação - FME do município de Macaubal/SP.

lei nº 256 DE 04/06/2018 – Dispõe sobre autorização para abertura de crédito no valor de 1.700,000,00 sendo destinada para recuperação e implantação do sistema de tratamento esgoto sanitário no município de Macaubal.

Lei nº 259 de 19/12/2018 – Dispõe sobre o regime tarifário do serviço de tratamento, distribuição de água e esgoto.

Lei nº 261 de 03/12/2018- Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação para matrícula de crianças na rede de ensino no município.

Lei nº 264 de 12/12/2018 – Acrescenta o parágrafo único ao artigo 134, na lei municipal nº 29 de 23 de dezembro. (Ficam isentos do pagamento da taxa de licença os agricultores que possuem imóvel rural e estejam inscritos no CADESP, as entidades de assistência social, sem fins lucrativos, os deficientes físicos e inválidos , os vendedores de doces, salgados e congêneres, que trabalham com cestas .

Lei nº 65 de 26/12/2018 – Cria o comitê de investimentos e gestor financeiro junto ao fundo municipal de seguridade social de Macaubal.

2019.....

Lei nº 267 de 29/01/2019 – Altera dispositivo da lei nº 178 de 14 de dezembro de 2016.

Lei nº 274 de 29/01/2019 – Dispõe sobre a criação de cargos de professores para a creche berçário de Macaúbal.

Lei nº280 de 29/01/2019 – Altera dispositivos da lei nº 30 de 31/08/2005.

Lei nº283 de 03/06/2019 – Autoriza a instituição de direito real de uso do estádio da Associação Atlética Macaúbal, a título oneroso, em favor da prefeitura municipal.

Lei nº 284 de 26/06/2019 – Dispõe sobre a necessidade de atribuir funções ao cargo de lançador, pelo motivo que devido não ter as atribuições descritas no projeto de lei, o município perdeu o convênio do ITR, conforme determinado na instrução normativa federal 1640/2106.

Lei nº 285 de 26/06/2019 – Dispõe sobre a necessidade de realizar parcelamento de contas pendentes de energia junto a Elektro. (R\$620.127,17) 50 parcelas de R\$90.000,00

Lei nº 286 de 26/06/2019 – Dispõe sobre cargo de diretor de gestão de convênios, extinção do cargo de diretor executivo de administração.

Lei nº287 de 26/06/2019 – Dispõe sobre a denominação de logradouro. Fica denominado Rodoviária Adolfo Braguini, a atual rodoviária municipal de Macaúbal.

Lei nº293 de 05/09/2019 – Dispõe sobre a concessão de diária de viagem aos motoristas lotados na administração pública.

Lei nº293 de 05/09/2019 – Dispõe sobre a concessão de diária de viagem aos motoristas lotados na administração pública direta e indireta (saúde).

Lei nº 98 de 3/11/2019 – Dispõe sobre autorização para celebração de convênios com o Banco do Brasil, Santander, Bradesco e Caixa econômica Federal.

Lei nº295 de 02/10/2019 – Dispõe sobre a necessidade de realizar parcelamentos de débitos do SAMU junto a prefeitura de Votuporanga.

Lei nº297 de 04/11/2019 – Institui o conselho municipal de Educação, revoga a lei nº 3 de junho de 1997.

Lei nº 300 de 29/11/2019 – Dispõe sobre as atribuições dos servidores, criação de cargos, vagas.

2020.....

Lei nº 304 de 31/01/2020 – Revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Lei nº 305 de 31/01/2020 – Autoriza a formalização do Acordo de colaboração com a Apae de Nhandeara.

Lei nº 306 de 31/01/2020 – Autoriza a formalização do Acordo de colaboração com o Lar São Vicente de Paulo.

Lei nº 307 de 31/01/2020 – Acordo de colaboração com APAE Poloni.

Lei nº 308 de 31/01/2020 – Acordo de colaboração com Santa Casa.

Lei nº 309 de 31/01/2020 – Acordo de colaboração a santa Casa de Votuporanga.

Lei nº 310 de 31/01/2020 – Revisão geral.

Lei nº 311 de 05/03/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 312 de 25/03/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 313 de 25/03/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 315 de 25/03/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 316 de 25/03/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 317 de 25/03/2020 – Altera a alíquota de Contribuição Social paga ao instituto de previdência municipais.

Lei nº 318 DE 25/03/2020 – Autoriza a formalização de termo de cooperação com associação do baixo tiete.

Lei nº 319 de 29/04/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 320 de 29/04/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 321 de 29/04/2020 – Dispõe sobre sistema único de assistência social do município de Macaubal.

Lei nº 322 de 10/06/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 323 DE 10/06/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 326 de 10/06/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 327 de 24/06/2020 – Dispõe sobre os novos limites para a área urbana do município de Macaubal.

Lei nº 328 de 24/06/2020 – Autorização para acordo de colaboração com o lar são Vicente de Paulo.

Lei nº 343 de 09/09/2020 – Abertura de crédito.

Lei nº 344 de 09/09/2020 – Termo de colaboração com o lar são Vicente de Paula.

Lei nº 345 de 09/09/2020 – Aprova o plano de resíduos sólidos.

Lei nº 346 de 09/09/2020 – Diretrizes orçamentárias.

Lei nº 347 de 01/11/2020 – Institui o serviço de inspeção Municipal SIM.

Lei nº 349 de 01/12/2020 – Estima receita fixa.

Lei nº 350 de 10/12/2020 – Autorização legislativa.

Lei nº 351 de 10/12/2020 – Suplementação legislativa.

Lei nº 353 de 23/12/2020 – Abertura de crédito.

2021.....

Lei nº 354 de 28/01/2021 – Programa de parcelamento PPI.

Lei nº 355 de 28/01/2021 – Termo de colaboração com a APAE de Poloni.

Lei nº 356 de 28/01/2021 – Termo de colaboração com o Lar são Vicente de Paulo.

Lei nº 357 de 28/01/2021 – Termo de colaboração com a Santa Casa.

Lei nº 358 de 28/01/2021 – Termo de colaboração com APAE de Nhandeara.

Lei nº359 de 28/01/2021 – Termo de colaboração com a Santa Casa de Votuporanga.

Lei nº360 de 28/01/2021 – Autoriza o poder executivo a realizar campanha de arrecadação. (Prêmios).

Lei nº 361 de 28/01/2021 – Abertura de crédito.

Lei nº 362 de 28/01/2021 – Autoriza termo aditivo com o lar são Vicente de Paulo.

Lei nº 363 de 28/01/2021 – Dispõe sobre piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a endemias, termos da lei nº 13.708, de 14/08/2018.

Lei nº 364 de 24/02/2021 – Institui o auxílio alimentação concedido aos servidores públicos

Lei nº 365 de 24/02/2021 – Altera o artigo 1º e seu parágrafo único, da lei nº 360, de 28/01/2021 altera a lei que institui a premiação de arrecadação.

Lei nº 366 de 24/02/2021 – Dispõe sobre as atribuições do cargo de chefe do serviço da fazenda.

Lei nº 367 de 24/02/2021 – Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional suplementar.

Lei nº 368 de 24/02/2021 – Autoriza o chefe poder executivo municipal a celebrar convênio com o tribunal de justiça (fórum).

Lei nº 369 de 24/02/2021 - Abertura de crédito.

Lei nº 370 de 24/02/2021 – Abertura de crédito.

Lei nº 371 de 24/02/2021 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender as necessidades temporária de excepcional interesse público. (Processo Seletivo).

Lei nº 372 de 10/03/2021 – Altera o artigo 6º, da lei municipal nº 87, de 30/04/2014. (Conselho municipal da criança e do adolescente).

Lei nº 373 de 10/03/2021- Autoriza a instituição de direito real de uso do estádio da A.A.M., a título oneroso, em favor da prefeitura municipal de Macaubal.

Lei nº 374 de 10/03/2021 – Termo de colaboração com o lar são Vicente de Paulo.

Lei nº 375 de 10/03/2021 – Autoriza a formalização do termo de colaboração com o lar são Vicente de Paulo.

Lei nº 376 de 10/03/2021 – Subvenção do lar são Vicente de Paulo.

Lei nº 377 de 10/03/2021 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Lei nº 378 de 10/03/2021- Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito. (criança feliz R\$ 20 MIL).

Lei nº 379 de 10/03/2021 – Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito suplementar (R\$479.008,92), Saúde Covid-19.

Lei nº 380 de 30/03/2021 – Autoriza termo de colaboração com a Santa Casa.

Lei nº 381 de 30/03/2021 – Autoriza a formalização do termo de colaboração com a Santa Casa, R\$ 155.600,00, Covid – 19.

Lei nº382 de 30/03/2021 - Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação.

Lei nº 383 de 30/03/2021 – Dispõe sobre as atribuições dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Macaubal.

Lei nº 384 de 14/04/2021 – Autoriza o poder executivo a celebrar convênio com o município de Votuporanga visando o atendimento do serviço de atendimento de urgência móvel – SAMU.

Lei nº 385 de 14/04/2021 - Altera o §2º do artigo, e acrescenta o inciso VI e § ao artigo 10 da lei municipal nº 25, de 13/08/2010. (Remoção de lixo de terrenos baldios, multa de 10 (UFESP).

Lei nº 386 de 14/04/2021 – Proíbe queimadas de qualquer material orgânico ou inorgânico na zona urbana do município de Macaubal.

Lei nº 387 de 14/04/2021 – Abertura de crédito – Saúde R\$258.000,00.

Lei nº 388 de 14/04/2021 – Dispõe autorização legislativa para abertura de crédito adicional – pagamento de precatório – R\$400.000,00.

Lei nº 389 de 12/05/2021 – Altera o inciso I, do artigo 6º, da lei municipal, nº 87 de 30/04/2014-muda representante do conselho da criança e adolescente.

Lei nº 390 de 28/05/2021- Dispõe sobre autorização legislativa para a transferência de repasse de subvenção a Santa Casa de Macaúbal. R\$ 122.500,00.

Lei nº 391 de 30/06/2021 -Cria gratificação por desempenho de atividade delegada nos termos que especifica, a ser paga aos militares do estado que exercem atividade municipal delegada ao estado de São Paulo, por força de convênio a ser celebrado com o município de Macaúbal.

Lei nº 392 de 30/06/2021- Autoriza a formalização do termo de colaboração com lar são Vicente de Paulo. (R\$2.770,00 em alimentos ricos em proteína)

Lei nº 393 de 30/06/2021 – Dispõe sobre benefícios eventuais de que trata o artigo 22, da lei federal nº 8742, de 07/09/1993.

Lei nº 394 de 30/06/2021 – Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial no orçamento do exercício de 2021. Covid-19 no valor de R\$ 64.256,55.

Lei nº 395 de 30/06/2021- Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial no orçamento do exercício de 2021, Saúde R\$100.000,00 .

Lei nº 396 de 30/06/2021- Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial. R\$283 mil para reforma e aquisição de veículo.

Lei nº 397 de 30/06/2021- Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial no orçamento do exercício de 2021.

Lei nº 398 de 30/06/2021 – Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial.

Lei nº 399 de 30/06/2021 – Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional.

Lei nº 400 de 30/06/2021 – Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional.

Lei nº 401 de 30/06/2021 – Aprova o plano plurianual.

Lei nº402 de 01/07/2021 – Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial. 450 mil recapeamentos.

Lei nº 403 de 12/07/2021- Dispõe sobre autorização legislativa para transferência de repasse as subvenções da Santa Casa – Covid-19 R\$170 mil.

Lei nº 404 de 12/07/2021 – Altera o inciso I e II, do artigo 4º da lei municipal nº 24, de 18 de junho de 2009. Representante do meio ambiente.

Lei nº 405 de 11/08/2021 – Cria o conselho municipal da juventude.

Lei nº 406 de 11/08/2021 – Aprova a lei LDO.

Lei nº 407 de 11/08/2021 – Cria o conselho de usuários dos serviços públicos.

Lei nº 408 de 11/08/2021 – Autoriza o poder executivo celebrar contrato de locação de imóvel de propriedade do Centro Espírita Vianna de Carvalho. Prazo de 12 meses no valor mensal de R\$1.500,00.

Lei nº 409 de 11/08/2021 – Altera o parágrafo primeiro do artigo 6º da lei nº 38 , de 27 de agosto de 2.009.a reincidência no desperdício de água, multa no valor de 10 UFESP.

Lei nº 410 de 11/08/2021 – Revoga a doação de imóvel ao tribunal de justiça do estado de são Paulo. (Fórum)

Lei nº 411 de 11/08/2021 – Dispõe sobre o acesso á informação pública pela sociedade, instituído pela lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do poder executivo municipal e institui o serviço de informação ao cidadão.

Lei nº 412 de 11/08/2021 – Dispõe sobre a inclusão, na grade curricular do ensino fundamental o ensino dos símbolos municipais (Bandeira e o Brasão).

Lei nº 413 de 19/08/2021 – Autoriza o poder executivo constituir a servidão administrativa, amigável ou judicial, para utilização de poço em imóvel privado.

Lei nº 414 de 19/08/2021 – Dispõe sobre autorização legislativa para aberturas de crédito adicional no orçamento do exercício 2021.

Lei nº 415 de 19/08/2021 – Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de crédito adicional, no valor de R\$71.000,00 para a lei Aldir Blanc.